

# NEOCONSERVADORISMO E NEOLIBERALISMO EM ATAQUE À EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: UM PROBLEMA CONTEMPORÂNEO

Marcos Vinicius da Silva Goulart<sup>1</sup>  
José Ronaipe das Neves Machado<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo central deste texto é abordar a relação e aliança entre neoconservadorismo e neoliberalismo e a maneira pela qual seus discursos e práticas evidenciam um ataque à educação pública brasileira. A partir de uma análise e exposição do que Apple (2002) nomeou como Nova Aliança Conservadora, que indica a relação entre neoliberais, neoconservadores, fundamentalistas religiosos e populistas autoritários, propomos, neste texto, relacionar a leitura do sociólogo estadunidense com a realidade brasileira atual. Ao final, utilizamos, como exemplo, a atuação de setores lobistas neoliberais e neoconservadores na reforma do Novo Ensino Médio, o que nos levou a concluir que há uma forte influência desses grupos no campo educacional atual brasileiro com vistas a implantar uma pedagogia produtora de sujeitos empreendedores de si mesmos.

**Palavras-chave:** Neoconservadorismo; Neoliberalismo; Educação; Contemporaneidade.

## Neoconservatism and Neoliberalism Attacking Brazilian Public Education: A Contemporary Issue

The central objective of this text is to address the relationship and alliance between neoconservatism and neoliberalism and the way in which their discourses and practices reveal an attack on Brazilian public education. Through an analysis and exposition of what Apple (2002) referred to as the New Conservative Alliance, which indicates the relationship between neoliberals, neoconservatives, religious fundamentalists, and authoritarian populists, we propose in this text to relate the approach of the American sociologist to the current Brazilian reality. In conclusion, we use the lobbying activities of

---

<sup>1</sup>Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: [mvgoulart@ufam.edu.br](mailto:mvgoulart@ufam.edu.br).  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4869-6302>.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: [ronaipe@ufam.edu.br](mailto:ronaipe@ufam.edu.br). Orcid: <http://orcid.org/0009-0002-2552-7733>.

neoliberal and neoconservative sectors in the case of the New High School as an example, which led us to conclude that there is a strong influence of these groups in the current Brazilian educational field, aiming to implement a pedagogy that produces self-entrepreneurial subjects.

**Keywords:** Neoconservatism; Neoliberalism; Education; Contemporaneity.

## INTRODUÇÃO

O Brasil tem assistido nos últimos tempos, em especial, a partir de 2016, na sequência do *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff, o avanço não de uma onda, mas de um verdadeiro tsunami neoconservador, o qual, se levarmos em consideração o tema educação, só tem demonstrado sinais de crescimento desde então. Para se ter uma ideia, nas eleições de 2018, evidenciou-se uma aceleração no avanço do neoconservadorismo, que resultou numa maior articulação de bancadas conservadoras, tais como parlamentares representando interesses do agronegócio, de igrejas neopentecostais, bem como políticos com um discurso de extrema-direita que tinham como pauta propostas que intervinham em temas culturais, sociais e educacionais (LIMA; HYPOLITO, 2019). Esse período tem se caracterizado pelo recrudescimento do autoritarismo ao lado de atitudes e propostas antidemocráticas que fazem avançar contrarreformas que levam a um grande retrocesso em diferentes áreas da sociedade, mormente no campo dos direitos sociais.

No Brasil, os marcos cronológicos desse fenômeno estão demarcados pelo início das “reformas neoliberais dos anos de 1990, fortalece-se a partir de 2016, com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e a posterior eleição do presidente Jair Messias Bolsonaro” (PALÚ; PETRY, 2020). São processos retrógrados que encontram expressões materiais bem concretas no desmonte de direitos trabalhistas e previdenciários, além de um desinvestimento em políticas sociais em prol da saúde econômica do país, que evidenciam a emergência de uma cidadania na qual toda uma população é

responsabilizada por crises econômicas criadas pelo próprio neoliberalismo (BROWN, 2016). Por consequência, a educação pública brasileira não passou incólume a esses retrocessos e ataques autoritários inerentes à chegada desse tsunami de natureza neoconservadora sobre a sociedade brasileira.

Rocha (2021) nos auxilia a pensar acerca da emergência desse neoconservadorismo a partir do discurso neoliberal – ou melhor, ultraliberal – que é produzido na conjunção do ideário econômico de Ludwig Von Mises e as ideias controversas de Olavo de Carvalho, na qual o radicalismo de mercado opera em sintonia com um conservadorismo que objetiva implodir a agenda democrática vislumbrada pela Constituição de 1988. No Brasil, a aliança entre ultraliberais e conservadores é uma realidade concreta que ganha ainda mais força com a popularização das redes sociais e a articulação com setores religiosos que operam a partir de uma instrumentalização da fé (SPYER, 2020), politicamente institucionalizados ou em discursos que reverberam em igrejas por todo o país. Nesse sentido, é importante frisar que estamos diante não de uma direita “envergonhada”, mas de um novo movimento que sabe utilizar estratégias de mobilização de massas e comunicação.

Inúmeras medidas foram adotadas no campo da educação pública, representando um ataque direto a ela, mediante a implantação de políticas públicas direcionadas e guiadas por critérios que visam sua precarização e sua privatização. Na base desses ataques encontramos a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional n.º 95/2016, batizada entre os movimentos sociais como PEC da morte, a qual institui um novo regime fiscal, limitando o poder de investimentos públicos (BRASIL, 2016), o que, por sua vez, impactou frontalmente a efetivação das metas do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), para não mencionar outros efeitos.

O contexto no qual nos encontramos, brevemente descrito até aqui, indica a relevância e a importância envolvidas na análise e estudo do fenômeno do neoconservadorismo no Brasil e sua relação com a educação. Propomos um olhar, para o nosso presente, não apenas para perceber aquilo que vem à luz, mas suas entrelinhas; fixar-se no nosso tempo é também perceber o que está no “escuro” (AGAMBEN, 2009). Logo, situar-se numa reflexão sobre o presente é refletir sobre aquilo que nos torna o que somos, bem como suas práticas discursivas que dizem o que devemos ser.

Ora, tendo em vista que o neoconservadorismo se impõe como um conjunto de discursividades, entendendo discurso na perspectiva de Foucault (2007), que se constitui através de relações de poder, criando práticas cotidianas, podemos pensá-lo não apenas como uma concepção política, e sim, como um modo de ser contemporâneo. Nesse caso, quando nos referimos ao neoconservadorismo, temos em mente que ele é um produto do presente, que articula uma visão utópica de regressão a um passado idílico, além de uma radicalização do individualismo liberal, no qual os sujeitos são concebidos como agindo motivados apenas por auto interesse (PETERS, 1994). Não há como desvincular o neoconservadorismo do neoliberalismo, visto que ambos são frutos de um combate às diversas lutas por direitos de grupos minoritários a partir dos anos 1960, juntamente com o combate às políticas de bem-estar social estabelecidas no pós Segunda Guerra Mundial e que, como apresentamos, se transforma no Brasil dos últimos anos.

Considerando essas questões, pretendemos apresentar, inicialmente, uma discussão sobre a emergência do neoconservadorismo, desenvolvendo um estudo histórico-conceitual sobre o tema, nos amparando, em grande medida, nos estudos de Apple (2000; 2002; 2003). Posteriormente, situaremos a nossa exposição em relação ao caso brasileiro: como essa aliança entre neoconservadorismo e neoliberalismo tem se constituído como um conjunto de práticas sociais e ataques à educação pública,

através de uma breve análise de algumas políticas educacionais. Nas considerações finais, retomaremos os argumentos apresentados, bem como pontuaremos alguns aspectos que podem ser desenvolvidos em pesquisas futuras para compreendermos melhor esse produto do presente que vem atacando a educação pública brasileira.

## A EMERGÊNCIA DO NEOCONSERVADORISMO

Os ataques conservadores à educação remontam a eras muito distantes dos tempos em que vivemos. Analisando as relações entre ensino e filosofia, Haddad (2022) indica que autores como Lefort, Arendt e Foucault, resguardando divergências em suas posições, convergem a respeito da existência de um liame íntimo e intenso entre o próprio campo do ensino, que aqui tomamos como a educação em sentido amplo, e a filosofia. Baseando-nos nessa conexão tão marcante, podemos então identificar no ataque e questionamento às atividades educacionais que Sócrates desenvolvia, antecedentes históricos bastante longínquos para os fatos que têm marcado e acompanhado a educação pública no Brasil contemporâneo.

Nessa linha, Haddad (2022, p. 149) afirma que “a filosofia foi e é um desafio à educação tradicional”, assim, a filosofia, tomada como um modelo de educação, entrou em conflito com a *pólis* grega clássica e sua forma conservadora de educar. Tal paralelo nos permite assumir, para os fins desta seção de nosso texto, que educação e filosofia, educar e filosofar são atividades e conceitos intercambiáveis em sentido amplo. Para se ter uma ideia, no texto *Filosofia e Política*, que é retomado por Haddad, Arendt (1993, p. 91) afirma que “o abismo entre filosofia e política abriu-se historicamente com o julgamento e a condenação de Sócrates [...]”, indicando que essa condenação marca o limite que a *pólis* estabelecia para o *sophós*, isto é, o julgamento de Sócrates consubstancia-se como a “resposta irritada da cidade e de seus cidadãos à pretensão dos

filósofos de educar e tornar os homens melhores” (HADDAD, 2022, p. 148). Basta recordar que entre as acusações contra Sócrates estava a de corromper a juventude, acusações similares, por parte de movimentos neoconservadores, ao afirmarem que professores doutrina seus estudantes, os corrompendo. Essas acusações se alastram por todo o país, a partir das quais, os professores, em especial os do campo das humanidades, desviariam os jovens dos valores tradicionais e familiares.

Submetido ao empenho analítico, os fenômenos que apontamos na introdução deste texto revelam uma realidade bastante complexa na qual múltiplos elementos conjugam-se e articulam-se a fim de compor uma trama nem sempre facilmente perceptível e nem decifrável, dada a forma intrincada, interconectada, sobreposta, mas às vezes, também contraditória com que se manifestam e se ocultam, compondo alianças. A separação analítica dos elementos mencionados é aplicável a finalidades de estudo, enquanto sua realidade apresenta-se bastante emaranhada, dificultado sua elucidação.

A fim de destrinchar esse emaranhado, baseamo-nos inicialmente na leitura realizada por Apple (2000; 2002; 2003), cuja hermenêutica desenvolvida, com vistas à compreensão desses fenômenos, faz emergir elementos elucidativos das mudanças que os processos e instituições educacionais têm sofrido no contexto dos Estados Unidos. Os elementos que constituem a interpretação de Apple contribuem para a análise do cenário brasileiro, o qual vem passando por mudanças similares. Ele aponta que a aliança que origina o que é conhecido como *Nova Direita* nos EUA é constituída por quatro grupos: os neoliberais, os neoconservadores, os populistas autoritários e a nova classe média profissional.

Os neoliberais compõem a liderança da *Nova Direita*, representando aqueles cuja atenção se dirige à orientação político-econômica conjugada à noção de mercado. O grupo dos

neoconservadores compreendem e defendem que os valores do passado são superiores aos atuais e buscam preservar as *tradições culturais*. Populistas autoritários congregam grupos da classe média e da classe trabalhadora que não confiam na ação do Estado e lançam foco em questões como segurança, família, valores tradicionais e conhecimento. Finalmente, o grupo formado pela nova classe média profissional tem seu foco voltado para a questão da mobilidade social; esse setor

pode não concordar totalmente com esses outros grupos, mas [...] [seus] interesses profissionais e progresso dependem da expansão de sistemas de prestação de contas, da busca da eficiência e de procedimentos gerenciais. (APPLE, 2000, p. 32).

Nesta seção do nosso estudo, por questões de delimitação da pesquisa, dedicaremos maior atenção ao aprofundamento das proposições e visões relacionadas aos dois primeiros grupos apresentados por Apple, a saber, os neoliberais e os neoconservadores, por entendermos que ambos condensam em si mesmos as questões e os temas fundamentais que interessam também aos demais setores constitutivos da *Nova Direita* e que, a partir da leitura de Rocha (2021), relaciona-se diretamente com o caso brasileiro.

De forma sintética, o neoliberalismo caracteriza-se por defender que o Estado exerça a mínima intervenção na economia, regule as atividades econômicas privadas igualmente de forma mínima e deixe que o mercado e seus mecanismos possam atuar sem nenhuma interferência ou controle (SILVA, 1994). O neoconservadorismo, por sua vez, “[...] é constituído por aqueles grupos que pregam uma volta aos antigos, tradicionais e ‘bons’ valores da família e da moralidade” (SILVA, 1994, p. 26, grifo do autor). Apesar das contradições presentes na origem dessas duas concepções, esses movimentos aproximam-se em muitos aspectos e interesses, conduzindo à aliança entre eles, a qual ganha formas

específicas diante dos contextos dos vários países. Vejamos como cada um desses fenômenos e grupos a eles associados podem ser compreendidos em suas manifestações mais detalhadamente.

Apple (2002) destaca que o grupo neoliberal é o mais poderoso na composição da restauração conservadora, baseando-se na concepção do Estado fraco ou mínimo. A esfera privada – e tudo o que por ela é feito ou proposto – é necessariamente boa e o que é da esfera pública é fundamentalmente ruim. Instituições públicas em geral são tomadas como agências ineficientes, nas quais recursos financeiros são investidos sem que produzam os resultados esperados. Na concepção dos neoliberais, pela maneira como se encontram formatadas e controladas, escolas e demais instituições públicas são como “buracos negros” financeiros, pois geram desperdício de recursos econômicos que podem ser direcionados para a iniciativa privada.

Sob as reformas neoliberais, que encontram sua emergência no Governo Thatcher, na Inglaterra, e que se acirram no Governo Reagan, nos Estados Unidos, a América Latina se tornou um laboratório, cujo exemplo mais marcante é o caso do Chile. Nele, aliados à ditadura sanguinária de Pinochet, os chamados *Chicago Boys*<sup>3</sup> atuaram diretamente no esvaziamento dos direitos sociais chilenos seguindo os pressupostos neoliberais estadunidenses, situação que tem impacto até hoje na vida dos chilenos, mesmo com o fim, há mais de 30 anos, do governo autoritário.

A partir disso, o Estado passa por uma significativa reestruturação, ocorrendo uma redefinição do seu papel. Essas mudanças consubstanciam-se nas grandes privatizações de empresas públicas, bem como mediante a inauguração de novas funções, qual

---

<sup>3</sup> Nome dado a um grupo de economistas que fez parte de sua formação na Universidade de Chicago, Estados Unidos, e que implementou as reformas neoliberais no Chile.

seja, a do Estado regulador, mediador e avaliador, plasmando novas relações entre governo e a sociedade. Esse novo Estado deve ser mais flexível, pautado pelo mercado e orientado ao serviço do consumidor, pronto para reagir às demandas mercadológicas que surgirem. Os neoliberais entendem que a racionalidade econômica se sobrepõe a todas as demais; seus padrões dominantes residem nos critérios da eficiência e da “ética” da relação custo-lucro. Todos os indivíduos percebem a maximização dos próprios benefícios como principal objetivo, modo de atuação que é comum e que prevalece para todos os atores na cena capitalista.

Sob essa visão, continua Apple (2002), os estudantes são concebidos como capital humano, que na perspectiva neoliberal, é o princípio segundo o qual o trabalho, do ponto de vista do trabalhador, é o “[...] resultado do investimento privado na educação e em recursos culturais similares” (PETERS, 1994, p. 221). Investimento privado, nesse caso, é aquele que um sujeito faz sobre si mesmo, de modo que até mesmo suas competências podem ser vistas como possibilidade de ganho de renda posterior. Assim, diante de um mundo sempre mais competitivo, os discentes (trabalhadores do futuro), precisam desenvolver aptidões, capacidades e atitudes que os preparem para competir de maneira eficaz e eficiente. Nesta perspectiva, investimentos econômicos nas escolas somente são justificáveis sob a condição de estarem relacionados a objetivos econômicos.

Na visão neoliberal, o mundo é basicamente um grande supermercado. A democracia encontra sua segurança na “escolha consumista”, torna-se uma prática de consumo e transmutou-se de conceito político para um conceito puramente econômico. Sob a égide dos interesses do capital e dos fatores econômicos, tudo passa a ser concebido como sendo passível de comercialização, tudo vira mercadoria, visando precipuamente a garantia dos lucros. A educação também está enquadrada em tal condição e é concebida apenas como mais um produto entre tantos outros (APPLE, 1990). O

perfil de cidadão ideal a ser cultivado nos processos educacionais, portanto, é o do consumidor e empreendedor, objetivo central dessa *pedagogia da economia e do consumismo*. Segundo Apple (2002), ademais, a tirania da eficiência e das análises custo-lucro serão as promotoras da transformação tanto social quanto educacional. Entretanto, o que vemos é que “estas estratégias ‘economicistas e despolitizadas’ contribuem para que as crescentes desigualdades de recursos e poder, que caracterizam a nossa sociedade, se multipliquem” (APPLE, 2002, p. 62, grifos do autor).

Entre esses grupos, que Apple denomina como uma nova aliança conservadora, existem também divergências que delineiam mais claramente o perfil de cada movimento. Enquanto os neoliberais preconizam um estado fraco, os neoconservadores advogam um estado forte, notadamente no que tange a questões e temáticas ligadas ao conhecimento, a valores cristãos, à reprodução, à sexualidade e ao corpo. Vale ressaltar que a ênfase que eles colocam no retorno aos valores tradicionais e à "moralidade" causou enorme impacto e poder de engajamento na sociedade. Essa tendência, além de realizar a apologia de um "regresso" ao passado, tem como seu fundamento subjacente o receio do diferente, do “outro”, o que se revela mais claramente na defesa do currículo único, nos ataques ao bilinguismo e ao multiculturalismo e no seu persistente apelo à elevação dos *standards* (APPLE, 2002). Tais ataques ao multiculturalismo revelam uma percepção do outro como um perigo aos valores tradicionais (APPLE, 2003), por isso, seu discurso confere centralidade à dicotomia nós/eles.

A ideia de um Estado forte é também visibilizada no crescimento de um Estado fiscalizador e regulador no que concerne à prática docente. Apple aponta que os neoconservadores postulam a existência de um Estado cada vez mais forte, agindo para regular o ensino nas escolas, transitando de uma “‘autonomia permitida’ para uma ‘autonomia regulamentada’ à medida que o trabalho dos professores se torna extremamente padronizado, racionalizado e

‘policiado’” (APPLE, 2003, p. 62, grifos do autor). Sob as circunstâncias da autonomia regulada as ações dos professores sofrem maior controle em termos de processos e de resultados, deixando-os sob a ameaça de penas administrativas, o que revela um regime baseado não mais na confiança, mas sim numa suspeita permanente acerca da competência e motivação dos professores.

No que concerne à educação, sob a influência desses movimentos da *Nova Direita*, ela passa a ser concebida não mais como direito universal e requisito para o exercício da cidadania, mas como processo orientado pelos objetivos e interesses do capital, atrelada ao controle da ideologia neoliberal conservadora. Ocorre, então, uma convergência entre forças neoliberais e neoconservadoras visando mudanças no cenário educacional, no qual a proposta de uma educação pública pautada por princípios democráticos e emancipadores torna-se cada vez mais inviável (SILVA, 1994). Para responder aos interesses dessa aliança, é preciso desmontar e desqualificar a *res publica*, especialmente a escola pública, a qual tem sido alvo de ataques incessantes de políticas neoliberais e neoconservadoras por parte de seus representantes.

Silva (1994) aponta a importância estratégica que a educação desempenha nessa investida, justificável por tratar-se de um dos mais importantes direitos sociais e por estar implicada na construção da identidade histórica e social dos sujeitos. Assim, segundo a ótica neoliberal, torna-se crucial “integrá-la à lógica e ao domínio do capital” (PALÚ; PETRY, 2020, p. 8), trazendo o controle dos processos de produção de memórias e identidades pessoais e sociais para aqueles a quem interessa sua manipulação e administração em consonância com seus objetivos particulares.

## NEOCONSERVADORISMO E NEOLIBERALISMO EM ATAQUE À EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

No bojo da investida neoliberal contra a educação, ocorreu o crescimento do protagonismo de organismos multilaterais como a OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial. A inserção dessas agências deu origem a um processo de internacionalização das políticas públicas educacionais (AKKARI, 2011), o que as submeteu a uma homogeneização no contexto mundial, sendo praticamente impossível falarmos de políticas públicas verdadeiramente nacionais. Foi no decorrer dos anos de 1990 que as reformas educacionais foram se alastrando em grande parte das nações da América Latina. Regidas pelos cânones neoliberais, elas transformaram a educação em sistemas de produção condicionados à lógica da eficácia e da eficiência, com as leis do mercado definindo as regras e os rumos da formulação das políticas nesse campo.

Conforme indicamos, a interpretação de Apple contribui para lançar luz sobre os recônditos sombrios onde a ação neoconservadora tem agido também no Brasil. É preciso reforçar que estamos nos referindo a um conjunto de ações e movimentações que visam implementar uma agenda articulada ao neoliberalismo que, tal como vimos anteriormente, se situa no seio dessa onda neoconservadora. Estamos nos referindo a uma série de propostas que, discursivamente, afirmam-se como únicas viáveis, isto é, tal como Fisher (2020) demonstra, há no capitalismo contemporâneo uma espécie de realismo em que ele próprio se apresenta como único sistema político e econômico possível, excluindo todos os outros. Assim, estamos diante, quando analisamos a realidade brasileira, de um conjunto de políticas que se apresentam como emergências, sem as quais não há como resolver os problemas educacionais que assolam o país. E, no caso brasileiro, é preciso reforçar, que nos deparamos com novas forças que

conjugam elementos já familiares do neoliberalismo (favorecimento do capital, repressão do trabalho, demonização do Estado social e do político, ataques às igualdades e exaltação da liberdade) com seus aparentes opostos (nacionalismo, imposição da moralidade tradicional, antielitismo populista e demandas por soluções estatais para problemas econômicos). (BROWN, 2019, p. 10).

São forças que se dizem “liberais na economia e conservadoras nos costumes”, um enunciado que sintetiza bem o modo incoerente e, às vezes contraditórios, como elas operam. Citando alguns exemplos de políticas, destacamos a Emenda Constitucional n.º. 95, de 15 de dezembro de 2016, a Reforma do Ensino Médio, a publicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a militarização das escolas, o Movimento Escola sem Partido, a influência e a presença de instituições privadas no âmbito da educação pública e a defesa da legalização do *homeschooling* (ensino domiciliar). Reforçadas e ganhando maior espaço no debate público a partir de 2016, essas ofensivas carregam o potencial de trazer enorme retrocesso à educação pública brasileira em aspectos como o acesso, a qualidade e a democratização da educação.

A título de exemplo, no processo de formulação da BNCC, na sua terceira redação, o movimento neoconservador questionou temas relacionados a uma suposta ideologia de gênero, à orientação sexual e ao ensino religioso, de forma que “uma análise sobre temas incluídos e excluídos da BNCC corrobora o entendimento de que há um crescimento das ideias neoconservadoras em relação à educação brasileira” (LIMA; HYPOLITO, 2019, p. 12). Também o Movimento Escola Sem Partido<sup>4</sup> marcou presença no debate sobre a BNCC ao postular alguns pontos, tais como a separação entre a esfera pública e privada, transferindo toda a formação moral e ética das crianças

---

<sup>4</sup> Movimento criado em 2004 por Miguel Nagib, procurador do estado de São Paulo, que tinha como objetivo central combater uma imaginária doutrinação ideológica de esquerda na educação brasileira.

para o espaço privado da família; o discurso contra o suposto viés ideológico de esquerda; o combate à diversidade cultural no currículo além do ataque à presença da “ideologia de gênero” no mesmo currículo (LIMA; HYPOLITO, 2019).

Palú e Petry (2020) argumentam que com a intensificação da influência neoliberal e neoconservadora no Brasil, temos vivido um retrocesso acelerado sem precedentes, mediante o desmonte de direitos e de políticas sociais históricas construídas a partir da luta e organização popular. É possível observar a manifestação crescente de valores conservadores e a ascensão de grupos neopentecostais ao poder, o que faz com que o fundamentalismo religioso conquiste cada vez mais espaço, adquirindo poder crescente, pelo menos desde os anos de 1990.

De acordo com o que expusemos, é possível afirmar que, no que concerne à orientação e aos rumos que as políticas públicas educacionais têm tomado no Brasil nos últimos anos, estamos assistindo ao que Apple (2003) batizou como o “endireitamento” da educação, ou também a modernização conservadora da educação no país. Tal processo ficou muito evidente com as discussões em torno da Reforma do Ensino Médio (BRASIL, 2017), tema que tem sido muito debatido pelas universidades e por movimentos sociais de estudantes pelo Brasil. Essa reforma manifesta aspectos do ataque neoliberal à escola pública, visto o fato de lançar foco sobre a educação para o mercado de trabalho, aumentando ainda mais o fosso entre escolas públicas e privadas, portanto, entre estudantes ricos e estudantes de classes populares.

O aspecto antidemocrático dessa reforma pode ser constatado a partir do modo como ela entrou em vigor, através de medida provisória em menos de um mês após o *impeachment* da então Presidenta Dilma Rousseff, em 2016, revelando a total ausência de discussão com a sociedade civil e com os próprios estudantes.

A reforma consubstancia uma perspectiva neoliberal de

formar indivíduos flexíveis, para lidar com as novas relações de trabalho, produzindo

[...] esses assalariados adaptáveis [...] a reboque do mercado de trabalho, [...], em permanente inovação, respondendo tanto aos desejos muito diferenciados e variáveis das empresas quanto às necessidades diversas dos indivíduos. (LAVAL, 2004, p. 16)

A ideia da inovação, em conjunto com a formação de sujeitos flexíveis e resilientes para lidar com situações de crise, representa outro elemento constitutivo de uma *pedagogia neoliberal* que, ao seguir os ditames do discurso do capital, responsabiliza os estudantes por suas escolhas, algo evidenciado tanto pelo componente do “Projeto de Vida” quanto pela proposta dos “Itinerários Formativos”. Ressaltamos que a suposta liberdade de opção, enfatizada no discurso do protagonismo juvenil, é muito mais, como aponta Brown (2016), deixar os sujeitos “livres” para cuidarem de si mesmos, exigindo certa fidelidade para com a saúde econômica do país.

Não por acaso, os anos que antecederam essa reforma foram marcados por diversas pesquisas, propostas por institutos lobistas privados, tais como a Fundação Lemann (2015), as quais concluíram a existência de um abismo entre a etapa do Ensino Médio e o “mundo real”. Para enfatizarmos, o tal “mundo real” refere-se ao mercado de trabalho, o que demonstra que havia um *lobby* do empresariado brasileiro para implementar uma reforma que formasse recursos humanos capacitados para, por óbvio, com a reforma trabalhista de 2017, assumirem postos de trabalho extremamente precarizados. Por outro lado, há também, mediante a proposta de um *currículo flex*, presente na reforma do Ensino Médio, um movimento de radicalização do individualismo, visto que os estudantes se tornam cada vez mais alheios ao processo pedagógico que envolveria a sua relação com um currículo e com uma visão mais ampla de formação. É um sujeito cujo discurso do aprender a aprender se situaria naquilo que Foucault (2008) se referiu como *empresariamento de si*, de modo

que “a iniciativa individual e o processo de ‘aprender a aprender’ são muito mais enfatizados do que o trabalho em equipe e o ensino, e devem voltar-se, sobretudo, para a inovação” (GADELHA, 2013, p. 148, grifos do autor). Há, portanto, uma atomização do sujeito, algo central no discurso neoliberal, em que a liberdade individual é radicalizada.

O Novo Ensino Médio (NEM), trazido aqui como um exemplo da implementação da agenda neoconservadora e neoliberal, só demonstra que esse movimento tem ganhado força e não pode ser explicado apenas pela dicotomia entre direita e esquerda, ou entre progressistas e conservadores, já que seu movimento de implementação continua ativo mesmo com a ascensão de um governo de esquerda no Brasil, embora percebamos a articulação de movimentos da sociedade civil, tal como a ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) e estudantes organizados que objetivam a sua revogação ou radical reformulação.

É importante ressaltar, que não houve diálogo com os estudantes que se mobilizaram contra a reforma em 2017, o que indica o seu aspecto antidemocrático. Além disso, ao esvaziar, nos currículos de ensino médio, o campo das humanidades, percebe-se que o NEM, de uma forma ou de outra, contemplou as reivindicações de movimentos neoconservadores que percebiam as disciplinas de filosofia, sociologia, história e geografia como um espaço de “doutrinação”.

Cabe a nós, pesquisadores, professores e estudantes, iniciarmos um debate amplo na sociedade para pensarmos, efetivamente, e democraticamente, qual a reforma do ensino médio que queremos, vislumbrando transcender o discurso e práticas neoconservadoras e neoliberais que, há algumas décadas, atacam a educação pública brasileira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contemporaneidade é marcada pelo neoconservadorismo e sua articulação com o neoliberalismo. Esse tipo de relação vem pautando políticas públicas há algum tempo no Brasil, políticas essas que se constituem a partir de um discurso mercadológico que, articulando-se a grupos religiosos, econômicos e autoritários, com agendas reacionárias, vai de encontro às lutas por direitos sociais de minorias.

Os últimos quatro anos foram desafiadores para pesquisadores, produtores culturais, professores, ativistas ambientais e movimentos sociais, em função da perseguição deliberada do governo anterior, que, ademais, fez circular uma série de discursos que, mediante a radicalização da abordagem sobre a liberdade familiar, defendia uma série de pautas reacionárias. A tensão entre família e sociedade é a tônica da contemporaneidade dominada pelo neoconservadorismo, que apaga as fronteiras entre público e privado.

A aliança entre neoliberais e neoconservadores foi evidenciada nesse período. O discurso calcado em uma pedagogia individualista, cujo foco encontra-se na escolha individual dos estudantes com a respectiva elaboração dos projetos de vida, articula-se com o esvaziamento de disciplinas do campo das humanidades, o que, sem sombra de dúvidas, demonstra que o Novo Ensino Médio se situa nesse ataque à educação pública proposta por essa aliança. Isso torna-se evidente, por um lado, mediante o fato que um dos objetivos centrais da reforma é a formação de recursos humanos, demanda frequente do empresariado e lobistas neoliberais. Por outro lado, a retirada ou redução de carga horária de disciplinas como filosofia, história, sociologia e geografia, confere materialidade ao discurso, segundo o qual, essas disciplinas não são fundamentais para a formação dos jovens brasileiros. Ao contrário, elas ajudariam a desviar os estudantes do caminho e “valores corretos”, remetendo

àquela acusação sofrida por Sócrates na Grécia Clássica. Desse modo, para os neoconservadores, o Ensino Médio também se configura como um espaço ameaçador e que corrompe a juventude.

O radicalismo dessa aliança, que vem se constituindo como uma *pedagogia neoliberal*, relacionada aos discursos da nova direita, produz uma noção de educação centrada na radicalização de uma antropologia individualista, em detrimento de um projeto de educação solidária e de formação integral. Os sujeitos, por essa via, são produzidos como empreendedores de si mesmos, vivenciando um mundo em que a competição é estabelecida como o campo de relação entre os sujeitos em sociedade. Além disso, aceitar essa pedagogia, é considerar também que o pensamento crítico e transformador não passaria de uma doutrinação desnecessária e, por consequência, deveria ser execrado da educação pública.

Esses são sinais dos nossos tempos, desafios apresentados no presente a nós, pesquisadores do contemporâneo, incumbidos também com a tarefa de problematizar esses campos “escuros”, tal como ensina Agamben (2009), abrindo espaço para novas formas de pensamento e que desvelem e combatam esses ataques perpetrados pela nova aliança conservadora à educação pública brasileira. É necessário, enfim, seguirmos pesquisando esse movimento e o modo como ele vem se estabelecendo no campo educacional, visto ser parte de um presente que insiste em dizer como devemos ser – cabe a nós resistir, indicando que outras pedagogias do presente são possíveis!

## REFERÊNCIAS

AKKARI, A. **Internacionalização das políticas educacionais: transformações e desafios**. Petrópolis: Vozes, 2011.

APPLE, Michael. **Ideology and curriculum**, 2ª. ed. New York: Routledge, 1990.

APPLE, Michael. **Política cultural e educação**. São Paulo: Cortez, 2000.



APPLE, Michael. “Endireitar” a educação: as escolas e a nova aliança conservadora. **Currículo sem Fronteiras**, v.2, n.1, p. 55-78, 2002. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol2iss1articles/apple.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2023.

APPLE, Michael. **Educando à direita**: mercados, padrões, Deus e desigualdade. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2003. (Biblioteca Freiriana, 5).

ARENDT, Hannah. Filosofia e política. In: ARENDT, Hannah. **A dignidade da política**: ensaios e conferências. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993. p. 91–115.

AGAMBEN, Giorgio. O que é o contemporâneo? In: AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapeco: Argós, 2009. p. 55-73.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano nacional de educação**. Brasília, DF: MEC, 2014. Disponível em: [https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf). Acesso em: 29/05/2023.

BRASIL. Presidência da República. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Emenda Constitucional nº 95 de 15/12/2016**. Brasília, Dezembro, 2016. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm). Acesso em: 31 de maio de 2023.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Lei nº 13415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, [...] **Lei do Novo Ensino Médio**. Brasília, 17 fev. 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm). Acesso em: 23 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Novo Ensino Médio - perguntas e respostas**. 2023. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/40361-novo-ensino-medio-duvidas#:~:text=E%20o%20que%20são%20os,poderão%20escolher%20no%20ensino%20médio>. Acesso em: 31 maio 2023.

BROWN, Wendy. Sacrificial Citizenship: Neoliberalism, Human Capital, and Austerity Politics. **Constellations**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 3–14, 2016.

BROWN, Wendy. Introdução. In: BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politéia, 2019. p. 9-31.

FISHER, Mark. É mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo. In: FISHER, Mark. **Realismo capitalista**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. p. 3-12.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FOUCAULT, Michel. Aula de 14 de março de 1979. In: FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 297-327.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Projeto de Vida**: O papel das escolas na vida dos jovens. [s.l.]: Fundação Lemann, 2015.

GADELHA, Sylvio. Biopolítica, governamentalidade e educação. In: GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação**: introdução e conexões, a partir de michel foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 112-162.

HADDAD, Samir. Educação e Filosofia. **Cadernos Nietzsche**, [S. l.], v. 43, n. 3, p. 145-164, 2022.

LAVAL, Christian. Novo capitalismo e educação. In: LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Planta, 2004. p. 3-20.

LIMA, Iana; HYPOLITO, Álvaro. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, p. 1-15, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v45/1517-9702-ep-45-e190901.pdf>. Acesso em: 29 de maio de 2023.

PALÚ, Janete; PETRY, Oto. Neoliberalismo, globalização e neoconservadorismo: cenários e ofensivas contra a Educação Básica pública brasileira. **Práxis Educativa**, v. 15, e 2015317, p. 1-21, 2020 Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em 28/05/2023.

PETERS, Michael. Governamentalidade neoliberal e educação. In: SILVA, Tadeu (Org.) **O sujeito da educação**: estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 211-224.



ROCHA, Camila. **Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil.** São Paulo: Todavia, 2021.

SILVA, Tomaz. A “nova” direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: GENTILI, P., SILVA, T.T. (orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas.** Petrópolis: Vozes, 1994. p. 9-29.

SILVA, Daniela Oliveira Vidal da; BRITO, Vera Lúcia Fernandes de; NUNES, Cláudio Pinto. Valorização docente na conjuntura do pós impeachment de 2016 no Brasil. **Cocar**, v. 13, n. 26, 2019. Disponível em: <https://paginas.uepa.br/seer/index.php/cocar/article/view/2518>. Acesso em: 12 de mai. de 2023.

SPYER, Juliano. **O povo de Deus: quem são os evangélicos e por que eles importam.** São Paulo: Geração Editorial, 2020.

*Recebido em 17 de junho de 2023.*

*Aprovado em 20 de agosto de 2023.*